

LUTA

Primeiro falaram-lhe na competitividade das empresas e na redução do défice e da dívida para justificar aquilo que não tinha justificação: a alteração da legislação laboral para reduzir direitos e determinar cortes nos salários, nas pensões, nos dias de férias e feriados, no valor do trabalho extraordinário, nas indemnizações, no subsidio de desemprego, no abono de família e outras prestações sociais.



VOCÊ TEM RAZÃO!

Ganha + Força
Sindicaliza-te

É PRECISO DIZER BASTA!

Mais do que insistir numa política que arruína o país, exige-se uma política alternativa que rompa com o tratado orçamental, crie mais e melhor emprego, aumente os salários e as pensões, reduza o desemprego, dinamize o investimento público e a procura interna.



13 NOV

DIA NACIONAL DE INDIGNAÇÃO, ACÇÃO E LUTA!

Agora, porque a competitividade das empresas está nas ruas da amargura, a economia não sai da estagnação, o défice continua a derapar e a dívida a aumentar (134%), dizem-lhe que os sacrifícios, a exploração, as desigualdades e o empobrecimento da generalidade da população são para continuar.

A pretexto do cumprimento do tratado orçamental que os partidos do denominado "bloco central de interesses" subscreveram nas costas dos trabalhadores e do povo, o Governo do PSD-CDS anuncia novos e brutais cortes na Educação, na Justiça, nas autarquias locais, no investimento público, a par do congelamento dos salários e da generalidade das pensões, de mais despedimentos e novas privatizações de empresas públicas.

INDIGNAÇÃO

Por mais que o Governo insista em "dourar a pílula", os factos e os números não deixam dúvidas sobre a política de rapina a que os trabalhadores e o povo têm sido sujeitos:

Os trabalhadores da Administração Pública são espoliados em 9.833 milhões de euros

(com as alterações da legislação laboral, redução e congelamento de salários, promoções e outras matérias – 2011/2015);

Os trabalhadores do sector privado ficaram sem 7.222 milhões de euros

(considerando a redução do valor do trabalho extraordinário, a diminuição do número de dias de férias e feriados e os encargos com o IRS – 2012/2014);

Na política fiscal, em 2014, os trabalhadores e pensionistas vão pagar mais 3.777 milhões de euros de IRS, enquanto as empresas vão pagar menos 583 milhões de euros, de IRC.

A denominada "fiscalidade verde" não é mais que um novo imposto indirecto sobre os combustíveis (+ 3%), o gás doméstico (4%), a electricidade e as taxas de gestão de resíduos e de recursos hídricos, com reflexo no aumento do preço da generalidade dos produtos, bens e serviços essenciais.

Num momento em que o número de milhões em Portugal sobe na proporção do número de pessoas no limiar da pobreza e exclusão (27,8% entre crianças, trabalhadores, desempregados e pensionistas), a introdução do chamado tecto global para as prestações sociais não contributivas substitutivas dos rendimentos do trabalho é esclarecedora da hipocrisia e cinismo de um Governo que não pára de tirar aos mais pobres de todos os pobres para, em 2015, oferecer 8.900 milhões de euros de juros da dívida aos usurários e especuladores.

"A BOLSA DE DESPESAS FAMILIARES" É UMA BURLA

DESIGNAÇÃO	DEDUÇÕES ACTUAIS NO IRS	DEDUÇÃO MÁXIMA NO IRS FUTURA
Sujeito passivo – casal (art. 79 CIRS – Código actual) – Automático	427,50€	"Dedução de despesas gerais familiares". Podem ser deduzidos no IRS 300€ por sujeito passivo, ou seja, 600€ por casal. Para isso têm de comunicar à Autoridade Tributária facturas (e.facturas) no valor de 1500€
Encargos com imóveis – Juros /rendas (art. 84 CIRS – Código actual) – Máximo	1º Escalão: 444€; 2º Escalão: 355,2€; Outros escalões: 296€	
SOMA	Entre 871,5€ e 723,5€	600,00€
REDUÇÃO	Redução entre 271,5€ e 123,5€	
	DEDUÇÃO ACTUAL NO IRS	DEDUÇÃO NO RENDIMENTO FUTURA
Educação e formação – máximo (83º CIRS – Código actual)	670,70€	Despesa de 1100 euros. Como é uma dedução no rendimento e não no IRS, para quem paga uma taxa de IRS de 14,5% corresponde apenas a uma dedução de 159,5€ no IRS, portanto é o máximo que poderá deduzir quando actualmente pode deduzir 670,7€ no IRS

Burla, que também está associada às reformas antecipadas a partir dos 60 anos e que, no mínimo, levaria a uma penalização de 6% ao ano, até aos 66 anos.

VAMOS À LUTA!

Sabemos o que está em jogo: são as nossas vidas, as vidas das novas gerações, o nosso futuro colectivo. O que se está a determinar é que tipo de país vamos deixar: o de cada um por si e da lei do mais forte, ou o do progresso social, da igualdade e da solidariedade, da liberdade e da democracia iniciada com a Revolução de Abril.

AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS, incluindo o aumento do SMN para 540€;

EMPREGO COM DIREITOS; contra a precariedade e o desemprego;

35 HORAS para os trabalhadores da Administração Pública e a redução faseada dos horários de trabalho, sem diminuição de salários, para os trabalhadores dos restantes sectores de actividade;

REPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS, dos 4 feriados, dos dias de férias e de todos os outros direitos roubados;

DEFESA DO DIREITO DE NEGOCIAÇÃO e contratação colectiva;

REFORMA ANTECIPADA, para as carreiras contributivas com 40 ou mais anos, sem qualquer penalização;

AUMENTO DAS PENSÕES DE REFORMA;

REVOGAÇÃO DA SOBRETAXA DE 3,5% DE IRS, o alargamento dos escalões para tornar o imposto mais progressivo e a taxa do capital;

CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES E AS NOVAS PPP que deixam o Estado com a dívida, os trabalhadores sem direitos, os utentes a pagar mais por menos serviços e os privados com os lucros.

É preciso travar a política do Governo PSD/CDS que condena a população portuguesa ao empobrecimento e ao sofrimento. A demissão imediata do Governo é uma exigência patriótica e urgente. Portugal precisa de uma política de esquerda e soberana para garantir emprego com direitos para todos, a melhoria das condições de vida da população portuguesa, a reposição de direitos sociais e laborais, a justiça fiscal e o progresso social.



PARALISAÇÕES E GREVES 13 DE NOVEMBRO, NOS LOCAIS DE TRABALHO E EMPRESAS